

Estratégia Alimenta Cidades

Briefing dos Desafios

Soluções que Alimentam 2026

Encontre o desafio que combina com sua solução
e veja o que ela precisa demonstrar para funcionar
em diferentes municípios.



Edital nº 0996152/2026 · Processo nº 04600.002324/2026-11

Idealização: MDS · Realização: Enap · Apoio: Impact Hub Brasil

7 Desafios · 1.102 municípios

Um convite: sua solução a serviço da alimentação das cidades brasileiras

Do campo à mesa, uma rede de relações alimenta as cidades brasileiras: do agricultor familiar e da cooperativa ao feirante, à cozinha comunitária e às famílias. O **Selo Soluções que Alimentam** convida sua organização a apresentar uma solução que já existe e que pode contribuir para sistemas alimentares **mais saudáveis, sustentáveis, justos e resilientes**.

A Estratégia Alimenta Cidades reúne **1.102 municípios**, que representam **19,8% dos municípios do país** e onde vivem **115,1 milhões de pessoas** — mais da metade da população brasileira.

Esse universo é diverso: inclui **territórios amazônicos e semiáridos**, cidades de **diferentes portes, áreas rurais de baixa densidade, polos de agricultura familiar** e municípios com **diferentes capacidades institucionais**.

Sua solução **não precisa atender a todos esses contextos**. O importante é indicar **onde ela já funciona, em quais condições e para quais desafios**. A partir disso, pode haver potencial para **adaptação e replicação em territórios com características semelhantes**.

Você **não precisa ser uma startup**, e sua solução **não precisa ser digital**. O que importa é que ela **já exista na prática, responda a um problema público concreto e apresente evidências de funcionamento**. A inovação pode ser **tecnológica, social, organizacional, metodológica ou de serviço**.

Para ajudar você a encontrar esse encaixe, este Briefing organiza a agenda em **sete desafios de inovação** e **22 frentes de atuação**. O **Caderno 2 — Aprofundamento** apresenta os perfis de implementação e os contextos territoriais dos municípios participantes, ajudando a compreender em quais condições uma solução pode ser adotada.

A **Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades — Alimenta Cidades** foi instituída pelo Decreto Presidencial nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, e é coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan/MDS). Organizada em **oito eixos complementares**, articula ações relacionadas à **produção, ao acesso, à disponibilidade e ao consumo de alimentos adequados e saudáveis** nas cidades brasileiras.



Entenda o convite

O que é o selo “Soluções que Alimentam 2026”?

O Selo “**Soluções que Alimentam 2026**” reconhece **soluções inovadoras** que **já existem na prática** e podem contribuir para enfrentar **os desafios da alimentação nas cidades brasileiras**.

Buscamos soluções com condições concretas de aplicação em municípios, capazes de demonstrar como funcionam, que problema enfrentam e que resultados já produziram.

O Selo integra a frente de inovação aberta da **Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades — Alimenta Cidades**, instituída pelo Decreto Presidencial nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, e coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan/MDS).

A Estratégia busca ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, com atenção especial aos territórios periféricos urbanos e às populações em situação de vulnerabilidade e risco social.

Este convite pode fazer sentido para você se...

- ▶ sua organização **já desenvolveu uma solução que funciona na prática**;
- ▶ a solução **pode ser demonstrada** e apresenta evidências de funcionamento ou resultados;
- ▶ ela responde a algum dos **desafios** apresentados neste Briefing;
- ▶ você consegue explicar em quais condições a solução funciona e que adaptações podem ser necessárias em diferentes municípios.

Podem participar organizações de diferentes perfis, conforme as regras do Edital, como startups, negócios de impacto, cooperativas, associações, OSCs, empreendedores sociais e outras organizações que desenvolvem soluções.

Importante: este convite não é para uma ideia que ainda precisa ser desenvolvida.

A solução já deve estar operacional e pronta para ser demonstrada, com condições de aplicação em municípios participantes da Alimenta Cidades.

Sua solução não precisa ser digital

Você não precisa ter um aplicativo nem se identificar como startup.

A inovação pode estar em uma **tecnologia, método, serviço ou forma de organizar o trabalho** — ou na combinação desses elementos.

Pode envolver, por exemplo, sistemas, equipamentos, infraestrutura, formas de mobilização e cooperação, modelos de gestão, protocolos, formação, atendimento ou novos modelos de operação.

O mais importante é que ela:

- ▶ **Enfrente um problema concreto;**
- ▶ **Já tenha sido colocada em prática;**
- ▶ **Apresente evidências de funcionamento;**
- ▶ **Tenha condições de operar ou ser adaptada às realidades municipais.**

Como usar o Briefing

Este Briefing ajuda você a entender **qual problema sua solução pode enfrentar, quem vive seus efeitos e em que condições ela precisa funcionar.**

Use os desafios e as evidências deste Briefing para localizar onde sua solução pode gerar valor. Consulte o Caderno 2 — Aprofundamento para compreender os perfis e contextos de implementação e identificar adaptações que podem ser necessárias.

Depois, consulte os demais documentos da chamada:

Documento	Use para responder
Briefing dos Desafios — Caderno 1	Onde minha solução se encaixa? Que problema enfrenta, para quem e em quais condições pode funcionar?
Aprofundamento do Briefing — Caderno 2	Quais dados, perfis de município e fontes sustentam minha proposta? Onde encontro referências de aprofundamento por desafio?
Manual do Participante	Como faço para participar? Como preparar e preencher a inscrição e apresentar as informações solicitadas?
Edital	Quais são as regras formais? Quem pode participar, quais são os critérios, prazos, documentos e condições da chamada?

Em caso de divergência, prevalecem o Edital e os comunicados oficiais publicados na Plataforma Desafios (<https://desafios.enap.gov.br>).

O que o selo reconhece – e o que ele não garante

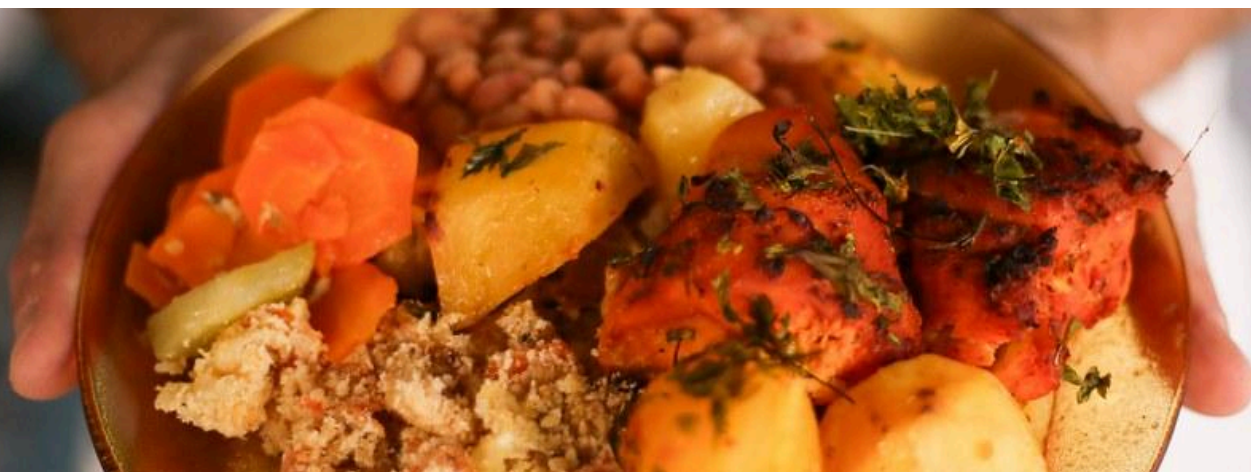
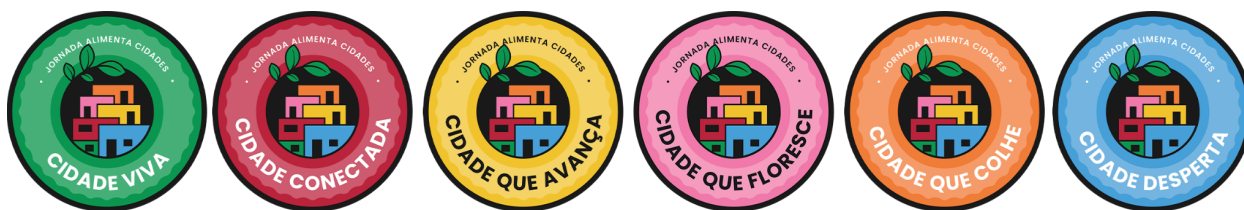
As soluções que atingirem os critérios mínimos de avaliação receberão o **Selo Soluções que Alimentam 2026** e serão apresentadas aos **1.102 municípios participantes da Estratégia Alimenta Cidades**.

Os municípios poderão conhecer as soluções reconhecidas e priorizar aquelas de seu interesse para a estruturação de possíveis arranjos de teste.

Limite do reconhecimento

O Selo reconhece a solução avaliada segundo os critérios públicos da chamada.

O reconhecimento não significa priorização por um município nem garante teste, contratação ou financiamento. Também não representa homologação sanitária, certificação regulatória ou endosso comercial.



Encontre o desafio da sua solução

Os sete Desafios de Inovação organizam os principais problemas que este Briefing procura aproximar de soluções já existentes.

Para encontrar seu desafio, comece por uma pergunta simples:

Qual é o principal problema que minha solução enfrenta ou a principal mudança que ela produz?

Escolha como desafio principal aquele que melhor representa essa resposta.

Sua solução pode contribuir para mais de um desafio. Isso é esperado. O objetivo não é enquadrá-la em uma única categoria, mas identificar qual é seu principal ponto de contribuição.

De onde vêm os desafios

Os sete desafios foram construídos a partir da jornada dos municípios participantes da **Estratégia Alimenta Cidades**.

Ao longo desse processo, os municípios analisaram seus sistemas alimentares, identificaram problemas e aprofundaram prioridades com apoio técnico, oficinas e mentorias.

Este Briefing organiza essas demandas em sete Desafios de Inovação e suas frentes de atuação, buscando aproximar problemas identificados nos territórios de soluções que já existem e podem contribuir para enfrentá-los.

Cada desafio se relaciona a um ou mais eixos da Estratégia Alimenta Cidades.

Mudanças climáticas atravessam os sete desafios

Embora a resiliência climática apareça de forma mais explícita no desafio 3, a crise climática não constitui um campo isolado. Seus efeitos sobre água, produção, sazonalidade, preços, logística, infraestrutura, saúde e acesso aos alimentos devem ser considerados em todos os desafios.

Como ler os dados deste Briefing

Os dados apresentados ajudam a revelar a dimensão e a distribuição desses desafios, mas não capturam toda a complexidade dos sistemas alimentares municipais.

Em muitos casos, sabemos quantos municípios possuem determinada política, equipamento ou iniciativa, mas ainda sabemos menos sobre sua escala, qualidade, custo, regularidade, alcance territorial ou resultados.

Por isso, leia os números como **sinais da dimensão do problema — e não como sua medida completa.**

Os sete desafios partem desses sinais para enfrentar uma questão maior:

Como tornar a produção, a compra, a distribuição e o consumo de alimentos adequados e saudáveis mais viáveis, acessíveis, resilientes e sustentáveis nas cidades brasileiras?

Apresente a sua solução pelo ponto em que ela produz a mudança principal.



Índice Rápido dos Sete Desafios de Inovação

Desafios	Comece por este desafio se a sua solução...
1. Compras públicas de alimentos · p. 10–13	▶ Melhora o planejamento e a articulação das compras públicas; ▶ Facilita a participação de agricultores familiares e organizações fornecedoras; ou ▶ Torna o fornecimento e as entregas mais viáveis.
2. Agricultura urbana e periurbana · p. 14–17	▶ Melhora as condições de produção, como acesso à terra, água, insumos e infraestrutura; ▶ Fortalece a articulação institucional e a continuidade das iniciativas; ou ▶ Conecta a produção urbana a outros resultados para o território.
3. Transição agroecológica e resiliência climática · p. 18–21	▶ Ajuda a registrar e validar práticas agroecológicas; ▶ Reduz custos e riscos da transição; ▶ Amplia a assistência técnica; ou ▶ Fortalece mercados para produtos agroecológicos.
4. Abastecimento e Acesso a Alimentos Saudáveis · p. 22–25	▶ Aproxima a produção de alimentos saudáveis de quem os consome; ▶ Qualifica feiras, mercados e outros canais de abastecimento; ou ▶ Melhora a logística de abastecimento, inclusive entre municípios.
5. Equipamentos e Serviços de Segurança Alimentar e Nutricional · p. 26–29	▶ Reduz custos e perdas sem comprometer a qualidade e a dignidade do atendimento; ▶ Articula equipamentos e serviços em rede; ou ▶ Ajuda a manter a continuidade dos serviços ao longo do tempo.
6. Perdas e Desperdício de Alimentos · p. 30–33	▶ Articula diferentes atores da cadeia para prevenir perdas e desperdício; ▶ Identifica, redistribui ou valoriza excedentes; ou ▶ Mede e torna visível o custo das perdas e do desperdício.
7. Alimentação Saudável, Educação e Ambientes Alimentares · p. 34–37	▶ Ajuda a tornar a alimentação adequada e saudável mais possível no cotidiano; ▶ Integra ações de educação alimentar e nutricional a serviços já existentes; ou ▶ Mede mudanças em práticas e ambientes alimentares, e não apenas atividades realizadas.

Uma solução pode atravessar mais de um desafio

É natural que uma solução se conecte a mais de um desafio.

Uma iniciativa de agricultura urbana, por exemplo, também pode contribuir para compras públicas, abastecimento ou redução de perdas.

Por isso, **não escolha o desafio apenas pela tecnologia, pelo setor de atuação ou pelo tipo de organização que desenvolveu a solução.**

Escolha **pelo principal problema enfrentado ou resultado produzido.**

Para decidir, pergunte:

- ▶ **Que problema minha solução resolve primeiro?**
- ▶ **Quem é diretamente beneficiado por ela?**
- ▶ **Qual mudança consigo demonstrar com mais clareza?**
- ▶ **Em qual desafio essa mudança aparece como parte central do problema?**

Depois de identificar o desafio principal, consulte suas frentes de atuação para encontrar o ponto de maior aderência.

Um caminho simples para a leitura

- ▶ Escolha o desafio pelo principal resultado que sua solução entrega.
- ▶ Entenda o problema, as evidências e quem vive seus efeitos.
- ▶ Consulte o Caderno 2 — Aprofundamento para verificar em quais perfis e contextos sua solução consegue operar.
- ▶ Mostre evidências, resultados, requisitos, custos e adaptações necessárias.
- ▶ Use a curadoria de dados, guias e normas do Caderno 2 — Aprofundamento para embasar sua proposta.



Desafio 1 · Compras Públicas de Alimentos

Pergunta central

Como ampliar as compras públicas da agricultura familiar nas cidades, indo além do PNAE e do PAA?

O problema, em poucas palavras

A compra pública da agricultura familiar já tem escala: 74,9% dos municípios executaram o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) em 2025. Mas essa escala depende mais do esforço de cada agricultor e gestor do que de uma estrutura municipal estável — falta canal de recebimento, intermediação cooperativa e planejamento entre gestões.

A interrupção ainda atinge um grupo relevante de municípios — 25,1% não tiveram execução financeira do PAA em 2025 — e mostra que a continuidade da compra não está garantida.

Ampliar a compra para além do PNAE e do PAA exige resolver essa mesma lacuna: sem ela, a expansão tende a repetir o gargalo.

Os dados abaixo detalham cada um desses pontos.

O que os dados mostram

- ▶ **A compra tem escala.** 74,9% dos 1.102 municípios tiveram execução do PAA em 2025, e neles vive 78,7% da população do conjunto. No Índice Alimenta Cidades, 76,0% pontuam na aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE. O Índice mede a capacidade institucional dos municípios em nove dimensões, chamadas de "pétalas" (ver Glossário no Caderno 2).
- ▶ **Mas a compra não é contínua.** Os outros 25,1% não tiveram execução financeira do PAA em 2025. O dado é de registro administrativo, não de declaração do município.
- ▶ **Falta estrutura de recebimento.** Só 13,9% dos municípios têm central de recebimento da agricultura familiar. Nesses municípios vivem 25,2% da população.
- ▶ **E faltam intermediários.** 27,4% dos municípios não têm nenhuma cooperativa ou associação com registro ativo no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (15,5% da população). Sem esse elo, o município precisa contratar produtor por produtor ou grupos informais, o que multiplica etapas de habilitação, contrato e entrega.
- ▶ **O planejamento é frágil.** 87,7% dos municípios não têm plano municipal de segurança alimentar e nutricional segundo o Índice Alimenta Cidades. Neles vivem 57,1% da população.

Dimensão Climática

O que a base ainda não mede: esta base não traz indicador de sazonalidade da oferta e nem de perdas na entrega — é uma lacuna da base disponível neste ciclo, não uma medida impossível de se fazer. Soluções dependentes de safra podem declarar essa premissa e, quando houver dados disponíveis, apresentar a variação observada.

O que a lei já oferece

A Lei nº 15.226/2025 elevou o piso de aquisição da agricultura familiar no PNAE de 30% para 45% dos recursos, com vigência desde 1º de janeiro de 2026, e dispensou expressamente esses alimentos da regra de prazo de validade na entrega. A Lei nº 14.628/2023 reinstituiu o PAA e criou hipótese de dispensa de licitação. Atenção: os 45% do PNAE e os 30% do PAA são pisos distintos, de programas distintos.

Para aprofundar: o Protocolo Intersetorial de Compras Públicas da Agricultura Familiar e a Resolução da CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional) / MDS nº 24/2026 detalham a coordenação entre os programas de aquisição institucional citados acima.

Quem vive esse problema:

Gestores e equipes municipais responsáveis por planejamento, compras, logística e execução das políticas de alimentação; nutricionistas; agricultores familiares, cooperativas e associações fornecedoras; e as pessoas atendidas por equipamentos e serviços públicos de alimentação, especialmente estudantes e populações em situação de insegurança alimentar.

Frentes de Atuação

1.1 · Planejamento e articulação da demanda pública

O gargalo: Sem mapear a produção local e alinhar cardápio, calendário escolar, sazonalidade e volumes, a demanda pública chega tarde para orientar a safra.

Pergunta da frente: Como podemos ampliar e diversificar as compras públicas de alimentos da agricultura familiar pelos municípios, considerando a necessidade de conectar suas demandas às capacidades produtivas locais e promover a sensibilização e a articulação entre gestores públicos, organizações e agricultores familiares?

Mostre na proposta: como sua solução ajuda a conectar oferta e demanda, melhorar o planejamento das compras e articular os atores envolvidos, considerando sazonalidade, volumes e possíveis variações ao longo do tempo.

1.2 · Ampliação do Acesso e Simplificação Documental

O gargalo: A regra admite fornecedores individuais, grupos informais, associações e cooperativas. Mesmo assim, reunir documentos, atender exigências sanitárias e preparar o projeto de venda pode afastar quem tem pouca estrutura de apoio.

Pergunta da frente: Como podemos simplificar a compreensão sobre a chamada, a habilitação e o acompanhamento documental de fornecedores, para agricultores individuais, grupos informais, associações e cooperativas, considerando a necessidade de manter transparência, isonomia e segurança nas exigências dos programas existentes?

Mostre na proposta: quais barreiras de acesso ou etapas documentais sua solução reduz, para quais tipos de fornecedores e como mantém os controles, requisitos e a segurança necessários ao processo de compra.

1.3 · Logística e viabilidade econômica das entregas

O gargalo: Pequenos lotes, muitos destinos, circuitos longos e janelas curtas podem tornar o frete inviável. Nas compras públicas o preço deve considerar frete, embalagens, encargos e demais custos necessários ao fornecimento.

Pergunta da frente: Como podemos consolidar, rotear e viabilizar as entregas de alimentos dos agricultores familiares que atendem múltiplos destinos com baixo volume, considerando que o preço pago precisa cobrir frete, embalagem e demais custos de fornecimento?

Mostre na proposta: como sua solução organiza ou melhora as entregas, em que condições opera e que efeito produz sobre custos, tempo, regularidade ou viabilidade logística.

Este pode ser o desafio da sua solução se...

Sua solução ajuda o município a prever demanda, ampliar a participação de agricultores ou viabilizar pequenas entregas — com controle transparente e resultados mensuráveis.

Cuidados Transversais:

Respeitar as regras vigentes do PNAE e do PAA, inclusive a exigência de CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) quando aplicável; observar o piso de 45%; não transferir custo documental ao agricultor; tratar dados de fornecedores em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)

Dados que ajudam a demonstrar resultados

Use dados da experiência da sua solução para mostrar que mudança ela já foi capaz de produzir. Sempre que possível, informe a situação antes e depois da solução, o período observado, o público ou território alcançado e a fonte da informação.

Alguns dados que podem ajudar neste desafio:

- ▶ número de agricultores familiares ou organizações fornecedoras participantes;
- ▶ aumento da participação de fornecedores ou do volume adquirido;
- ▶ redução do custo de entrega por lote ou destino;
- ▶ redução do tempo entre a comunicação da demanda e a entrega;
- ▶ percentual de entregas realizadas no prazo e sem intercorrências documentais;
- ▶ volume ou valor de alimentos movimentados pela solução.

Você não precisa apresentar todos esses dados. Selecione aqueles que melhor demonstram os resultados da sua solução e inclua outros indicadores quando forem mais adequados à sua experiência.

Quer aprofundar este desafio?

Consulte no Caderno 2 — Aprofundamento os dados, normas, guias e referências relacionados a este Desafio de Inovação.



Desafio 2 · Agricultura Urbana e Periurbana

Pergunta central

Como podemos reconhecer, fortalecer e ampliar as agriculturas urbanas e periurbanas que promovem a agrobiodiversidade, considerando a diversidade de formas, espaços e sujeitos que produzem alimentos nas cidades e em seu entorno?

O problema, em poucas palavras

A produção urbana e periurbana já acontece em boa parte dos municípios — hortas comunitárias, quintais produtivos, produção comercial urbana —, mas de forma pontual e pouco reconhecida. A ausência de apoio institucional declarado sinaliza fragilidade de institucionalização, não necessariamente ausência de parcerias na prática.

Falta instrumento legal nos planos diretores, falta reconhecimento formal da produção periurbana no cadastro da agricultura familiar, e há forte presença de fontes superficiais na água que sustenta essa produção — mais vulneráveis à estiagem.

A mudança em jogo é sustentar essa agricultura urbana com política municipal estável entre uma gestão e outra — não apenas por iniciativa própria de quem produz.

O que os dados mostram

- ▶ **Um terço pontua.** 36,8% dos municípios pontuam na pétala de agricultura urbana do Índice Alimenta Cidades. Nesses municípios vive 67,8% da população, sinal de que as ações registradas se concentram nos municípios maiores.
- ▶ **A ausência de apoio registrado é ampla, mas o registro não capta tudo.** 697 municípios (63,2%) zeram a pétala: não têm nenhuma ação nem parceria de apoio registrada. Parte dessa ausência é de registro, não de política. Entre os municípios que enviaram o Autodiagnóstico, 148 dos 258 que declaram ter política ou programa de agricultura urbana zeram a pétala.
- ▶ **A produção periurbana formalizada quase não existe.** Na mediana, só 0,23% dos registros no CAF de cada município são classificados como periurbanos. Em 287 municípios, não há nenhum.

- ▶ **Falta o instrumento legal.** Entre os municípios que enviaram o Autodiagnóstico, 26,2% declaram ter lei própria de agricultura urbana (132 de 503), e 12,6% realizam ações de ocupação de terrenos vazios (61 de 483).
- ▶ **Onde há registro, a produção é pequena e depende da rede de água.** Nas 316 unidades produtivas urbanas cadastradas na Estratégia, em 61 municípios, 73% envolvem de 1 a 5 pessoas e 65% irrigam com água encanada do abastecimento local. Pouco mais da metade (53%) está em terreno público com cessão de uso.

Dimensão Climática

Evidência: a disponibilidade hídrica produtiva é alta, mas majoritariamente superficial – mais vulnerável a estiagens e eventos extremos. Soluções que pressupõem irrigação contínua devem declarar a premissa.

O que a lei já oferece

A Lei nº 14.935/2024 determina que a agricultura urbana e periurbana conste dos planos diretores municipais. O instrumento existe e a adesão é minoritária.

Quem vive esse problema:

Produtores urbanos e periurbanos; associações de moradores e coletivos de horta; equipes de agricultura, meio ambiente e planejamento urbano; escolas e unidades de saúde com hortas.

Frentes de Atuação

2.1 · Condições básicas de produção (terra, água, insumos e infraestrutura)

O gargalo: Quem produz em área urbana ou periurbana muitas vezes não tem garantia sobre a terra que usa, depende de fontes de água mais vulneráveis a estiagem, e sustenta a produção com pouco apoio técnico ou estrutural

Pergunta da frente: Como podemos garantir terra, água segura, solo, insumos, infraestrutura e assistência técnica para quem produz alimentos em áreas urbanas e periurbanas, mantendo baixo custo recorrente de operação?

Mostre na proposta: o custo recorrente por unidade produtiva, a fonte de água prevista (superficial, poço ou rede) e como a solução se sustenta sem lei municipal de agricultura urbana – ausente em 74,6% dos municípios respondentes.

2.2 · Articulação institucional e continuidade da política

O gargalo: Sem lei ou política municipal própria, a agricultura urbana e periurbana depende da iniciativa de quem produz e do interesse pessoal de cada gestão — e corre o risco de perder força a cada troca de governo.

Pergunta da frente: Como podemos fortalecer a articulação institucional entre poder público, produtores e organizações locais em torno da agricultura urbana e periurbana, garantindo continuidade da política pública entre gestões?

Mostre na proposta: o arranjo de governança proposto (quem decide, quem executa, quem participa) e o mecanismo que garante continuidade em caso de troca de gestão.

2.3 · Produção urbana a serviço de outros resultados territoriais

O gargalo: A produção urbana costuma ser vista só como fonte de alimento, e não como ferramenta para responder a outros problemas do município — como áreas degradadas, falta de compostagem ou carência de arborização.

Pergunta da frente: Como podemos usar a produção urbana e periurbana para responder também a problemas sociais, ambientais e territoriais do município, além da própria produção de alimentos?

Mostre na proposta: qual problema social, ambiental ou territorial específico a solução endereça além da produção de alimentos, e como mede esse resultado adicional.

Este pode ser o desafio da sua solução se...

Sua solução ajuda o município a garantir condições básicas de produção urbana, fortalecer a continuidade institucional entre gestões, ou conectar a produção urbana a outros resultados sociais, ambientais e territoriais.

Cuidados Transversais:

Não pressupor lei ou política municipal existente; observar a regulação urbanística e sanitária; garantir segurança da posse ou do uso da área antes de investir em infraestrutura produtiva.

Dados que ajudam a demonstrar resultados

Use dados da experiência da sua solução para mostrar que mudança ela já foi capaz de produzir. Sempre que possível, informe a situação antes e depois da solução, o período observado, o público ou território alcançado e a fonte da informação.

Alguns dados que podem ajudar neste desafio:

- ▶ Número de hortas, quintais ou unidades produtivas apoiadas pela solução;
- ▶ Custo recorrente por unidade produtiva;
- ▶ Fonte de água utilizada (superficial, poço ou rede) e continuidade do fornecimento;
- ▶ Número de municípios ou territórios com articulação institucional formal para a agricultura urbana, antes e depois da solução.

Você não precisa apresentar todos esses dados. Selecione aqueles que melhor demonstram os resultados da sua solução e inclua outros indicadores quando forem mais adequados à sua experiência.

Quer aprofundar este desafio?

Consulte no Caderno 2 — Aprofundamento os dados, normas, guias e referências relacionados a este Desafio de Inovação.



Desafio 3 · Transição Agroecológica e Resiliência Climática

Pergunta central

Como apoiar e promover práticas agroecológicas em todas as etapas do sistema alimentar, fortalecendo o acesso a conhecimento, assistência, recursos, mercados, considerando as especificidades do território e os desafios de resiliência climática?

O problema, em poucas palavras

A transição agroecológica avança mais na prática do que os instrumentos oficiais conseguem registrar. Os municípios relatam fomento e assistência técnica de base agroecológica, mas essas ações não aparecem nos critérios do Índice Alimenta Cidades. A garantia orgânica também chega a poucos lugares: as vias participativas, desenhadas para a escala familiar, já reúnem mais da metade dos produtores registrados, mas continuam concentradas em poucos municípios.

Faltam assistência técnica suficiente para territórios extensos e mercados que absorvam a produção agroecológica sem exigir certificação. Nesse cenário, o risco financeiro da transição recai sobre quem muda primeiro.

O que os dados mostram

- ▶ **O índice oficial não capta a transição.** A dimensão de transição agroecológica do Índice Alimenta Cidades é zero nos 1.102 municípios. Isso indica que nenhum atende aos critérios do Índice, não que as práticas agroecológicas não existam.
- ▶ **A produção orgânica é rara.** Na mediana, 0,26% dos estabelecimentos agropecuários de cada município são orgânicos, e 407 municípios não têm nenhum.
- ▶ **A garantia é concentrada, mas já é majoritariamente participativa.** Os 7.243 produtores com registro no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos estão em só 390 dos 1.102 municípios. Desses produtores, 54,5% são garantidos por sistema participativo ou por controle social na venda direta, e 45,5% por certificadora.
- ▶ **Há iniciativas em curso que o índice não mostra.** Entre os municípios que enviaram o Autodiagnóstico, 72,5% declaram fomentar a produção orgânica ou agroecológica, e 68,5% oferecem assistência técnica de base agroecológica. Nas unidades produtivas urbanas cadastradas na Estratégia, 39% declaram cultivo agroecológico, em transição

ou orgânico, mas só 18 unidades são certificadas. Para a proposta, isso significa que pode haver ações, capacidades e parceiros locais a identificar antes da implementação.

Dimensão Climática

Evidência: 24,8% das declarações de fontes superficiais dos estabelecimentos agropecuários (rios e nascentes) são de fontes sem proteção de mata, e em 77 municípios essa proporção passa de 75%. É um passivo ambiental mensurável e um alvo direto para soluções de restauração e de manejo agroecológico da água.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

O que a lei já oferece:

A Lei nº 10.831/2003 define a produção orgânica e reconhece três vias de garantia: certificação por auditoria, sistema participativo e controle social na venda direta. As duas últimas foram pensadas para a escala familiar e já respondem pela maior parte dos produtores registrados nos municípios participantes.

Quem vive esse problema:

Agricultores em transição; organizações de certificação participativa; assistência técnica; equipes de meio ambiente e agricultura; consumidores e compradores institucionais.

Frentes de Atuação

3.1 · Registro e validação de práticas agroecológicas

O gargalo: muitas práticas agroecológicas já acontecem, mas não aparecem nos critérios do índice oficial nem têm uma forma simples de registro e validação. Por isso ficam invisíveis para quem precisa reconhecê-las, como compradores públicos, programas de crédito e o próprio município.

Pergunta da frente: Como podemos tornar as práticas agroecológicas visíveis e confiáveis, com registros simples, avaliação participativa e que funcionem mesmo com baixa conectividade?

Mostre na proposta: o formato de registro, se funciona offline ou com conectividade intermitente, quem valida a informação (autodeclaração, avaliação participativa ou auditoria) e para quem o registro gera reconhecimento.

3.2 · Redução de custo e risco durante a transição

O gargalo: Durante a transição, produtividade e mercado ainda não recompensam a mudança — e é o agricultor que migra primeiro quem arca com o custo e o risco financeiro desse período.

Pergunta da frente: Como podemos reduzir o custo e o risco enfrentados pelo agricultor durante a transição agroecológica, no período anterior a produtividade e mercado recompensarem essa mudança?

Mostre na proposta: o horizonte de tempo até o ponto de equilíbrio financeiro do agricultor em transição e que mecanismo cobre o período de risco.

3.3 · Ampliação da assistência técnica agroecológica

O gargalo: A assistência técnica de base agroecológica existe, mas as equipes são pequenas diante de territórios extensos — o que limita quantos produtores conseguem ser efetivamente acompanhados.

Pergunta da frente: Como podemos ampliar a assistência técnica agroecológica quando a equipe é pequena e o território a cobrir é extenso?

Mostre na proposta: a razão técnico/produtor ou técnico/área que a solução viabiliza e como ela opera em território extenso com equipe reduzida.

3.4 · Mercados e preferência por produtos agroecológicos

O gargalo: Falta mercado que absorva a produção agroecológica sem exigir certificação como pré-condição — e a certificação, quando existe, está concentrada em poucos municípios.

Pergunta da frente: *Como podemos formar preferência do consumidor e ampliar os mercados disponíveis para produtos de base agroecológica, certificados ou não?*

Mostre na proposta: o canal de comercialização utilizado e como a solução diferencia produtos agroecológicos não certificados dos certificados, sem impor certificação como pré-condição de acesso ao mercado.

Este pode ser o desafio da sua solução se...

Sua solução ajuda a tornar práticas agroecológicas visíveis e confiáveis, reduzir o custo e o risco da transição, ampliar a assistência técnica disponível, ou formar mercado para produtos de base agroecológica.

Cuidados Transversais:

Observar a Lei nº 10.831/2003 e a Lei nº 13.123/2015; não impor certificação como pré-condição de acesso ao mercado; respeitar conhecimento tradicional associado.

Dados que ajudam a demonstrar resultados

Use dados da experiência da sua solução para mostrar que mudança ela já foi capaz de produzir. Sempre que possível, informe a situação antes e depois da solução, o período observado, o público ou território alcançado e a fonte da informação.

Alguns dados que podem ajudar neste desafio:

- ▶ número de produtores que passam a acessar certificação ou reconhecimento por via participativa de garantia;
- ▶ número de propriedades ou área em transição agroecológica apoiadas pela solução;
- ▶ custo ou tempo de acesso à certificação ou ao reconhecimento;
- ▶ número de práticas de conservação de fonte de água implementadas.

Você não precisa apresentar todos esses dados. Selecione aqueles que melhor demonstram os resultados da sua solução e inclua outros indicadores quando forem mais adequados à sua experiência.

Quer aprofundar este desafio?

Consulte no Caderno 2 — Aprofundamento os dados, normas, guias e referências relacionados a este Desafio de Inovação.



Desafio 4 · Abastecimento e Acesso a Alimentos Saudáveis

Pergunta central

Como ampliar, facilitar e aproximar o acesso físico e econômico ao alimento saudável, priorizando áreas de desertos e pântanos alimentares e a população em situação de vulnerabilidade social, valorizando a agricultura local, de forma justa e sustentável?

O problema, em poucas palavras

As feiras são amplamente presentes nos municípios, mas sua existência não significa uma rede de abastecimento diversificada nem uma capacidade pública estruturada. Mercados públicos, armazéns, sacolões e outras iniciativas públicas e comunitárias ainda podem ser frágeis, inexistentes ou pouco articuladas — especialmente nos territórios onde o acesso a alimentos saudáveis é mais crítico.

Soma-se a isso a falta de estruturas intermediárias que conectem a produção da agricultura familiar aos canais de abastecimento. Sem recebimento, consolidação e logística adequados, cada entrega tende a ser resolvida isoladamente — um problema ainda maior em territórios extensos e de baixa densidade.

Essas lacunas pesam mais nos desertos alimentares — áreas com pouco acesso a alimentos saudáveis — e nos pântanos alimentares — áreas com abundância de alimentos ultraprocessados —, mapeados pela Plataforma Alimenta Cidades. É nesses territórios que ampliar, facilitar e aproximar o acesso físico e econômico ao alimento saudável depende de articulação regional entre municípios vizinhos.

O que os dados mostram

- ▶ **A feira é o ativo mais disseminado.** 82,4% dos municípios têm feira livre, e neles vive 94,2% da população do conjunto. O mercado público aparece em 59,0% dos municípios (71,9% da população).
- ▶ **Mas a rede pública de acesso a preço acessível é rara.** Só 4,3% dos municípios mantêm sacolão público. Entre os que enviaram o Autodiagnóstico e mantêm mercado público, apenas 11,9% subsidiam o preço dos alimentos.

- ▶ **Falta o elo intermediário.** 86,1% dos municípios não têm central de recebimento da agricultura familiar, e neles vivem 74,8% da população. Entre os que enviaram o Autodiagnóstico, só 11,6% mantêm Ceasa ou entreposto.
- ▶ **A dispersão é estrutural.** Os 1.000 municípios do segundo ciclo ocupam 30,2% do território nacional e reúnem 18,8% da população do país.
- ▶ **Em alguns contextos, a logística é o problema central.** Nos territórios amazônicos, só 8,5% dos municípios têm central de recebimento, e a densidade mediana é de 6,5 habitantes por quilômetro quadrado.

Dimensão Climática

Evidência: 177 municípios participantes (16,1%, onde vivem 27 milhões de pessoas, ou 23,5% da população do conjunto) estão em risco climático Alto ou Muito alto para o acesso e consumo de alimentos, segundo o AdaptaBrasil. São, em geral, municípios mais urbanos e populosos. Em 78,5% deles não há central de recebimento da agricultura familiar. Onde o clima ameaça o acesso, falta justamente a estrutura que ajudaria a manter o abastecimento quando uma rota ou uma safra falha.

O que a base ainda não mede: perdas no transporte, tempo de rota e interrupções de abastecimento por eventos climáticos. É uma lacuna da base disponível neste ciclo, não uma medida impossível de se fazer. Soluções logísticas podem declarar e, quando possível, medir como lidam com a sazonalidade e com interrupções de acesso.

O que a política pública já oferece:

O Manual de Implementação da Estratégia Alimenta Cidades orienta circuitos curtos, mercados territoriais, micro e pequeno varejo e equipamentos de abastecimento. A Plataforma Alimenta Cidades complementa essa leitura com informações sobre desertos e pântanos alimentares.

Quem vive esse problema:

Feirantes e permissionários; cooperativas e associações; transportadores; equipes de abastecimento, vigilância sanitária e meio ambiente; varejo e serviços de alimentação.

Frentes de Atuação

4.1 · Aproximação entre produção e consumo

O gargalo: Em áreas de deserto ou pântano alimentar, o alimento saudável está mais distante ou mais caro de alcançar — e a produção da agricultura familiar nem sempre chega a quem mais precisa dela.

Pergunta da frente: Como podemos aproximar produção e consumo de alimentos saudáveis, reduzindo tempo, custo e barreiras de acesso, especialmente em áreas de desertos e pântanos alimentares?

Mostre na proposta: a redução de tempo e custo de deslocamento até o alimento que a solução proporciona, e para quais grupos com barreira de acesso (inclusive populações indígenas e quilombolas).

4.2 · Diversificação e fortalecimento da rede local de abastecimento

O gargalo: As feiras são muito presentes nos municípios, mas nem sempre formam, junto com outros canais, uma rede de abastecimento diversificada. Experiências públicas e comunitárias — como mercados públicos, armazéns, sacolões e outras estruturas — podem ser inexistentes, frágeis ou insuficientemente articuladas.

Pergunta da frente: Como fortalecer e diversificar a rede local de abastecimento, qualificando os canais existentes e ampliando iniciativas públicas e comunitárias de acesso a alimentos saudáveis?

Mostre na proposta: que elo da rede sua solução fortalece ou viabiliza, quais atores e estruturas envolve e como contribui para ampliar ou diversificar a oferta e o acesso a alimentos saudáveis.

4.3 · Consolidação logística entre municípios vizinhos

O gargalo: Sem central de recebimento, cada entrega vira negociação isolada — um problema que pesa mais onde a distância entre municípios é grande e a densidade é baixa, como no contexto amazônico.

Pergunta da frente: Como podemos consolidar a logística de abastecimento entre municípios vizinhos, aproveitando estruturas já existentes e reduzindo custos, especialmente em regiões de baixa densidade?

Mostre na proposta: quais estruturas municipais existentes a solução reaproveita, como define responsabilidades e custeio entre municípios vizinhos, e a redução de custo esperada.



Este pode ser o desafio da sua solução se...

Sua solução ajuda a aproximar produção e consumo de alimentos saudáveis, fortalecer e diversificar a rede local de abastecimento ou consolidar a logística de abastecimento entre municípios vizinhos.

Cuidados Transversais:

Observar a legislação sanitária de manipulação e transporte; garantir cadeia de frio quando necessária; proteger dados comerciais e definir responsabilidades e custeio em arranjos intermunicipais.

Dados que ajudam a demonstrar resultados

Use dados da experiência da sua solução para mostrar que mudança ela já foi capaz de produzir. Sempre que possível, informe a situação antes e depois da solução, o período observado, o público ou território alcançado e a fonte da informação.

Alguns dados que podem ajudar neste desafio:

- ▶ número de municípios atendidos por central de recebimento ou consolidação logística intermunicipal;
- ▶ tempo e custo de deslocamento até o ponto de venda, antes e depois da solução;
- ▶ número de feiras ou mercados que passam a operar com qualificação;
- ▶ volume ou valor de alimentos movimentado pela solução.

Você não precisa apresentar todos esses dados. Selecione aqueles que melhor demonstram os resultados da sua solução e inclua outros indicadores quando forem mais adequados à sua experiência.

Quer aprofundar este desafio?

Consulte no Caderno 2 — Aprofundamento os dados, normas, guias e referências relacionados a este Desafio de Inovação.

Desafio 5 · Equipamentos e Serviços de Segurança Alimentar e Nutricional

Pergunta central

Como aumentar a eficiência e a efetividade dos equipamentos e serviços de Segurança Alimentar e Nutricional, públicos e sociais, para que funcionem de maneira contínua e integrada em direção a um sistema alimentar sustentável e justo?

O problema, em poucas palavras

Os equipamentos de segurança alimentar e nutricional se concentram nos municípios maiores. Mesmo onde existem, operam com pouco orçamento próprio, em geral isolados uns dos outros e sem uma base institucional que resista à troca de gestão.

A operação é grande e quase toda paga pelo poder público: a refeição é gratuita ou custa R\$ 1,00 ao usuário, mas custa perto de R\$ 10 para ser produzida. Por isso, perdas, ineficiências e interrupções pesam diretamente no orçamento.

O resultado é uma rede que existe onde já há estrutura e que continua vulnerável justamente onde faria mais diferença.

O que os dados mostram

- ▶ **A rede é rara.** 53,5% dos municípios não têm nenhum dos cinco equipamentos estruturantes, e só 16,3% operam dois ou mais. Pela população, o quadro muda: só 17,7% das pessoas do conjunto vivem em municípios sem nenhum equipamento, porque os municípios que têm equipamentos são os maiores.
- ▶ **A escassez varia por tipo.** O restaurante popular está em 22,5% dos municípios, a cozinha comunitária em 15,7%, a central de recebimento em 13,9%, o banco de alimentos em 11,5% e o sacolão em 4,3%. Na leitura por população, esses mesmos equipamentos alcançam 67,8%, 42,8%, 25,2%, 58,1% e 19,2%, respectivamente.
- ▶ **Os equipamentos operam isolados.** No Cadastro de Equipamentos da Estratégia, só 28% das cozinhas comunitárias fazem atividades em parceria com outros equipamentos de SAN. Entre os municípios que enviaram o Autodiagnóstico, 36,2% têm fluxo estabelecido para encaminhar usuários da assistência social a restaurantes e cozinhas.

- **O custeio é a principal restrição.** 80,8% dos municípios não têm fundo nem dotação orçamentária de segurança alimentar, e neles vivem 44,1% da população. A diferença entre as duas leituras mostra que a restrição pesa mais nos municípios menores.

Dimensão Climática

Evidência: apenas 90 dos 443 municípios que responderam ao autodiagnóstico têm plano de mitigação ou adaptação climática, e entre esses 80,7% incluem ações de segurança alimentar. Continuidade de serviço em emergência não é medida por nenhuma fonte.

O que a lei já oferece:

Programa Cozinha Solidária. A Lei nº 14.628/2023 instituiu o programa e incluiu na Lei nº 14.133/2021 a dispensa de licitação para contratar entidades privadas sem fins lucrativos que o implementem. O Decreto nº 11.937/2024 regulamentou o programa.

Tipos de equipamento. A Portaria Conjunta MDS/MDA nº 43, de 28 de julho de 2026, definiu doze tipos de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (EqSANs) no âmbito do Sisan. A MUNIC 2024, fonte dos dados acima, é anterior à Portaria e cobre só parte desses tipos. Por isso, os números refletem essa limitação.

Quem vive esse problema:

Equipes que operam cozinhas, restaurantes e bancos de alimentos; entidades socioassistenciais gestoras; fornecedores; pessoas em situação de rua e famílias atendidas.

Frentes de Atuação

5.1 · Redução de custo e perdas sem comprometer qualidade e dignidade

O gargalo: Restaurantes populares e cozinhas comunitárias servem centenas de refeições por dia: nos equipamentos cadastrados na Estratégia, a mediana é de 430 e 200, respectivamente. Para o usuário, a refeição quase sempre é gratuita ou custa R\$ 1,00. Para quem produz, custa perto de R\$ 10: R\$ 10,45 em Vitória da Conquista (BA), e o valor de referência estadual de São Paulo é de R\$ 9,80 por almoço. A diferença sai do orçamento público, e a maioria dos municípios com esses equipamentos não tem fundo nem dotação de SAN. Nessa escala, cada perda ou ineficiência por refeição se multiplica.

Pergunta da frente: Como podemos reduzir custo e perdas na operação de cozinhas e restaurantes públicos, sem comprometer a qualidade da refeição, a segurança dos alimentos e a dignidade do atendimento?

Mostre na proposta:

- o custo por refeição antes e depois da solução, com o que entra nesse custo;
- como a solução mede e reduz perdas e sobras;
- em qual modelo de gestão ela funciona: municipal ou estadual, direta ou terceirizada;
- como mantém os parâmetros da RDC Anvisa nº 216/2004.

5.2 · Articulação de equipamentos em rede

O gargalo: Mais da metade dos municípios (53,5%) não tem nenhum equipamento estruturante de segurança alimentar. Onde eles existem, costumam operar isolados: só 28% das cozinhas comunitárias cadastradas fazem atividades em parceria com outros equipamentos.

Pergunta da frente: Como podemos articular os equipamentos de segurança alimentar e nutricional em rede, ampliando suas funções e sua cobertura conjunta?

Mostre na proposta: quais equipamentos e serviços a solução conecta (por exemplo, restaurantes, cozinhas, bancos de alimentos, centrais, feiras ou a rede de assistência social) e o ganho de eficiência ou de cobertura que resulta dessa conexão.

5.3 · Continuidade do serviço além da gestão

O gargalo: Os serviços de segurança alimentar e nutricional raramente contam com uma base institucional que sobreviva à troca de gestão. **Só 1,6% dos municípios têm lei, plano e fundo de SAN ao mesmo tempo.** Entre os que já mantêm algum equipamento, **73,3% não têm fundo nem dotação orçamentária** própria. Sem norma, orçamento ou contrato que sustente a operação, o serviço passa a depender de pessoas e de decisões de cada gestão. Entre os equipamentos cadastrados na Estratégia, 52 estão paralisados.

Pergunta da frente: Como podemos fazer o serviço de segurança alimentar sobreviver à troca de gestão, equipe ou arranjo operacional, sem depender de uma pessoa específica?

Mostre na proposta: o mecanismo de continuidade que a solução oferece (por exemplo, protocolo operacional, cláusula contratual, rotina orçamentária ou formação continuada); em que instrumento institucional ele se apoia (norma, orçamento, contrato ou instância de governança); e, se a solução já passou por uma troca de gestão, como a de 2025 nos municípios, o que aconteceu com o serviço.

Este pode ser o desafio da sua solução se...

Sua solução ajuda a reduzir custos e perdas na operação de cozinhas, restaurantes e bancos de alimentos, articular equipamentos em rede, ou manter o serviço funcionando além da troca de gestão.

Cuidados Transversais:

Observar a RDC Anvisa 216/2004 e a legislação sanitária municipal; garantir água potável e destinação adequada de resíduos; assegurar dignidade no atendimento.

Dados que ajudam a demonstrar resultados

Use dados da experiência da sua solução para mostrar que mudança ela já foi capaz de produzir. Sempre que possível, informe a situação antes e depois da solução, o período observado, o público ou território alcançado e a fonte da informação.

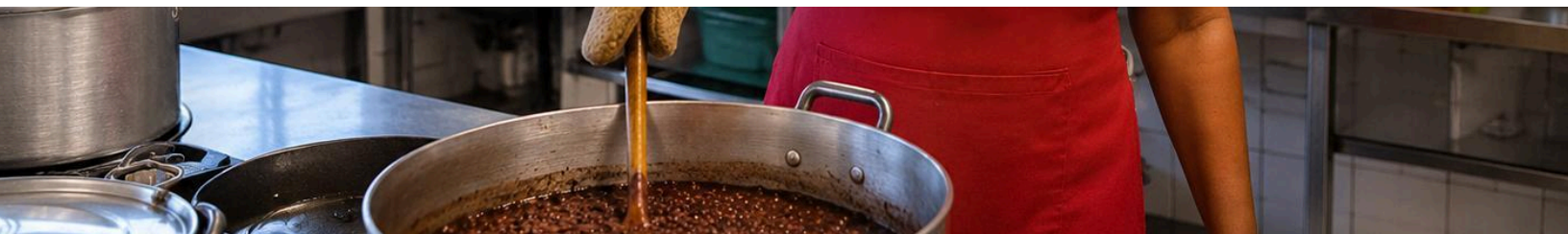
Alguns dados que podem ajudar neste desafio:

- ▶ número de equipamentos que passam a operar de forma contínua (com continuidade da água verificada no próprio equipamento);
- ▶ número de refeições ou atendimentos realizados;
- ▶ custo de operação por refeição ou por atendimento;
- ▶ continuidade do serviço em situação de estiagem, enchente ou onda de calor.

Você não precisa apresentar todos esses dados. Selecione aqueles que melhor demonstram os resultados da sua solução e inclua outros indicadores quando forem mais adequados à sua experiência.

Quer aprofundar este desafio?

Consulte no Caderno 2 — Aprofundamento os dados, normas, guias e referências relacionados a este Desafio de Inovação.



Desafio 6 · Perdas e Desperdício de Alimentos

Pergunta central

Como reduzir perdas e desperdício entre a colheita e a mesa, destinando o excedente seguro para consumo e valorizando os resíduos?

O problema, em poucas palavras

A prevenção de perdas e desperdício ainda é exceção, não regra, entre os municípios que responderam sobre o tema: poucos têm política formal, e onde há banco de alimentos, falta recurso próprio para sustentar a operação.

A diferença entre o que é arrecadado e o que é distribuído não comprova desperdício — pode refletir triagem, estoque, prazo de escoamento ou período de referência da coleta.

Sem medição e sem custeio estável, é difícil saber onde o excedente se perde e quanto custa ao município deixar de agir.

Os dados abaixo detalham cada um desses pontos.

O que os dados mostram

- ▶ **A política é rara.** Apenas 74 dos 350 municípios que responderam declaram ter ação, programa ou política de regulamentação de perdas e desperdício — 21,1%.
- ▶ **O equipamento é raro.** Banco de alimentos existe em 11,5% dos municípios, e 71 declararam volume de operação.
- ▶ **Há diferença entre arrecadação e distribuição.** Entre os que operam, a mediana é de 6,0 toneladas arrecadadas e 5,0 distribuídas por mês. Dezesete de 59 distribuem menos do que arrecadam; a diferença, por si só, não prova desperdício — pode refletir triagem, estoque, prazo de escoamento ou período de referência da coleta — e precisa ser investigada.

Nota de cálculo: os valores de arrecadação e distribuição excluem registros identificados como de volume implausível na base municipal utilizada nesta consolidação, para preservar a comparabilidade entre municípios.

- ▶ **Falta custeio.** Apenas 53 de 300 declaram ter recursos para gestão, custeio ou manutenção do banco de alimentos.

Dimensão Climática

O que a base ainda não mede: esta base não traz indicador de emissões evitadas pela destinação de resíduos orgânicos — é uma lacuna da base disponível neste ciclo, não uma medida impossível de se fazer. Quando esse excedente vai para aterro, a decomposição anaeróbica libera metano — gás de efeito estufa mais potente que o CO₂ —; compostagem e biodigestão podem reduzir essa emissão e podem gerar adubo ou energia. Soluções de valorização de resíduos podem declarar e, quando possível, medir esse potencial.

O que a lei já oferece:

A Lei nº 14.016/2020, alterada pela Lei nº 15.224/2025, limita a responsabilização do doador aos casos de dolo. É o principal instrumento jurídico do desafio, e a percepção de risco persiste apesar dele.

Quem vive esse problema:

Bancos de alimentos e entidades receptoras; centrais de abastecimento; varejo e serviços de alimentação; equipes de vigilância sanitária e meio ambiente; cooperativas de catadores e unidades de compostagem.

Frentes de Atuação

6.1 · Articulação entre setores e elos da cadeia

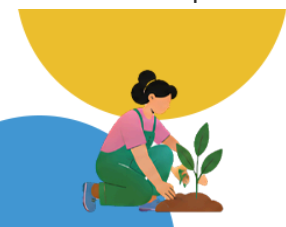
O gargalo: A prevenção de perdas e desperdício ainda é exceção entre os municípios — poucos têm política formal, e sem articulação entre os setores e elos da cadeia, cada ação tende a ficar isolada.

Pergunta da frente: Como podemos articular os diferentes setores e elos da cadeia alimentar para prevenir perdas e desperdício de forma coordenada?

Mostre na proposta: quais setores ou elos da cadeia a solução articula e o mecanismo de governança ou protocolo que sustenta essa articulação.

6.2 · Diagnóstico, redistribuição e valorização de excedentes

O gargalo: Mesmo onde há banco de alimentos, falta recurso próprio para sustentar a operação — e sem diagnóstico e medição, é difícil saber com precisão quanto se perde e para onde vai o excedente.



Pergunta da frente: Como podemos diagnosticar e medir perdas a tempo de agir, redistribuindo excedentes seguros para consumo e valorizando os resíduos que não puderem ser recuperados?

Mostre na proposta: como a solução mede perdas ou excedentes, o tempo entre diagnóstico e ação, e o destino dado a excedentes seguros e a resíduos inevitáveis.

6.3 · Medição do custo da perda e do desperdício

O gargalo: Sem medição e sem custeio estável, é difícil saber quanto custa ao município deixar de agir — o que enfraquece a decisão de investir em prevenção.

Pergunta da frente: Como podemos medir e tornar visível o custo de não prevenir perdas e desperdício, de forma que apoie decisões operacionais e orçamentárias do município?

Mostre na proposta: a métrica de custo que a solução calcula e para qual decisão orçamentária ou operacional ela subsidia.

Este pode ser o desafio da sua solução se...

Sua solução ajuda a articular setores da cadeia alimentar contra perdas e desperdício, diagnosticar e redistribuir excedentes com segurança, ou medir o custo de não prevenir.

Cuidados Transversais:

Observar a legislação sanitária de manipulação e a Lei nº 14.016/2020; não transferir risco ao doador nem ao receptor; garantir rastreabilidade sem criar barreira à doação.

Dados que ajudam a demonstrar resultados

Use dados da experiência da sua solução para mostrar que mudança ela já foi capaz de produzir. Sempre que possível, informe a situação antes e depois da solução, o período observado, o público ou território alcançado e a fonte da informação.

Alguns dados que podem ajudar neste desafio:

- ▶ volume de excedente redistribuído pela solução;
- ▶ custo de operação por tonelada redistribuída;
- ▶ número de elos da cadeia — produção, comércio, serviço de alimentação — articulados pela solução;
- ▶ tempo entre a identificação do excedente e sua redistribuição.

Você não precisa apresentar todos esses dados. Selecione aqueles que melhor demonstram os resultados da sua solução e inclua outros indicadores quando forem mais adequados à sua experiência.

Ressalva de leitura

Os dados deste desafio vêm do Autodiagnóstico Situacional 2026, de adesão voluntária. Até 23/09/2026, 536 dos 1.000 municípios do segundo ciclo haviam enviado o questionário, e cada percentual considera apenas os que responderam à pergunta correspondente. Os municípios do primeiro ciclo não participaram do instrumento. Como responderam mais os municípios maiores e mais estruturados, que tendem a ter mais políticas e equipamentos, a lacuna real provavelmente é maior do que a mostrada aqui.

Quer aprofundar este desafio?

Consulte no Caderno 2 — Aprofundamento os dados, normas, guias e referências relacionados a este Desafio de Inovação.



Desafio 7 · Alimentação Saudável, Educação e Ambientes Alimentares

Pergunta central

Como aproximar a alimentação adequada e saudável da rotina real das famílias, articulando educação alimentar e nutricional ao acesso e aos ambientes alimentares dos territórios?

O problema, em poucas palavras

A situação nutricional nesses municípios não é uniforme: adultos concentram excesso de peso, enquanto gestantes concentram os dois extremos ao mesmo tempo. Isso indica que o problema não é apenas informação sobre o que comer, mas o conjunto de tempo, renda, acesso e ambiente que torna a escolha saudável possível.

Ainda há municípios sem nenhuma ação de educação alimentar e nutricional registrada, e um grupo relevante de municípios com população indígena ou quilombola significativa não declarou nenhuma ação de acesso a alimentos voltada a esses grupos.

Para funcionar, a educação alimentar e nutricional precisa se integrar a serviços que já existem — não competir com eles.

Os dados abaixo detalham cada um desses pontos.

O que os dados mostram

- ▶ **Nos adultos, a dupla carga pesa para o excesso de peso.** Nos municípios do segundo ciclo, entre os adultos acompanhados pela Atenção Primária, a mediana municipal é de 66,0% com excesso de peso e 2,2% com baixo peso.
- ▶ **O excesso de peso já aparece na infância.** Entre as crianças [menores de 5 anos] acompanhadas, a mediana municipal é de 13,8% com excesso de peso, quase quatro vezes a de baixo peso (3,7%). Em um quarto dos municípios, o excesso de peso infantil passa de 17,2%.
- ▶ **Gestantes e idosos exigem atenção ao baixo peso.** Nas gestantes, os dois extremos aparecem juntos em patamar elevado: 14,1% com baixo peso e 51,3% com excesso de peso. Entre os idosos, a mediana de baixo peso é de 13,0%.

- ▶ **Ainda há vazios de atuação.** No Suplemento de SAN da MUNIC 2024, 223 dos 854 municípios do segundo ciclo que responderam à pergunta (26,1%) não registraram ação de educação alimentar e nutricional: 100 declararam não realizar e 123 não souberam informar.
- ▶ **A educação alimentar já ocupa a escola, mas menos a assistência social.** Entre os municípios que enviaram o Autodiagnóstico, 91,2% realizam ações no ambiente escolar e 71,3% nos serviços de saúde. Na rede indireta da assistência social, são 24,4%.
- ▶ **O ambiente alimentar é pouco regulado.** Na MUNIC 2024, só 188 dos 1.000 municípios do segundo ciclo (18,8%) declararam regulamentação específica sobre cantinas escolares. É um piso conservador: outros 145 citaram regulamentação do ambiente escolar sem detalhar o que ela cobre. No Autodiagnóstico, 71,6% dos que enviaram o questionário não têm nenhuma ação de regulação da publicidade de alimentos.
- ▶ **Há populações indígenas e quilombolas sem ação de acesso a alimentos declarada.** Entre os 1.102 municípios, 226 têm população indígena ou quilombola significativa e não declararam na MUNIC 2024 nenhuma ação de acesso a alimentos voltada a esses grupos. O dado não mede educação alimentar e nutricional, e a falta de declaração não comprova que não haja ação.

Dimensão Climática

O que a base ainda não mede: esta base não traz indicador do efeito de eventos climáticos extremos sobre a continuidade da alimentação adequada e saudável no cotidiano das famílias — é uma lacuna da base disponível neste ciclo, não uma medida impossível de se fazer. Exemplos incluem a interrupção de aulas e da alimentação escolar, de feiras ou de serviços de assistência em enchentes, seca ou onda de calor. Soluções de educação alimentar e nutricional podem declarar e, quando possível, medir como pretendem manter essa continuidade em contextos de disrupção climática.

O que a política pública já oferece:

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e os Guias Alimentares do Ministério da Saúde — o **Guia Alimentar para a População Brasileira** e o **Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos** — orientam a promoção da alimentação adequada e saudável e ações de educação alimentar e nutricional.

No ambiente escolar, o **Decreto nº 11.821/2023** estabelece princípios, objetivos, eixos estratégicos e diretrizes para promover a alimentação adequada e saudável nas escolas, abrangendo educação alimentar e nutricional e condições do ambiente alimentar.

Quem vive esse problema:

Famílias, especialmente mulheres responsáveis pela compra e pelo preparo; estudantes; profissionais de saúde, educação e assistência; merendeiras e manipuladoras de alimentos.

Frentes de Atuação

7.1 · Alimentação adequada possível no cotidiano

O gargalo: Comer de forma adequada nem sempre é uma escolha simples de informação — depende de tempo, renda, acesso e do ambiente alimentar de cada território, e ainda há municípios sem nenhuma ação de educação alimentar e nutricional registrada.

Pergunta da frente: Como podemos tornar a alimentação adequada e saudável possível no cotidiano das famílias, considerando tempo, renda, acesso, cultura e ambiente alimentar?

Mostre na proposta: qual barreira específica (tempo, renda, acesso, cultura ou ambiente alimentar) a solução reduz, e para qual público — incluindo, quando pertinente, populações indígenas e quilombolas em municípios sem ação declarada.

7.2 · Integração da EAN a serviços já existentes

O gargalo: Para funcionar, a educação alimentar e nutricional precisa se integrar a serviços que já existem — quando cria estrutura nova e paralela, tende a competir por atenção e recurso em vez de somar.

Pergunta da frente: Como podemos integrar a educação alimentar e nutricional à rotina de serviços que já existem — saúde, educação, assistência — sem criar uma nova estrutura permanente?

Mostre na proposta: em qual serviço ou espaço já existente (saúde, educação, assistência, feira) a solução se integra, sem exigir estrutura nova e permanente.

7.3 · Medição de práticas e ambientes, não só atividades

O gargalo: É comum medir quantas atividades de educação alimentar e nutricional aconteceram, mas não se elas de fato mudaram práticas alimentares ou o ambiente em que as famílias escolhem o que comer.

Pergunta da frente: Como podemos medir mudanças em práticas alimentares e em ambientes alimentares, e não apenas contar atividades realizadas?

Mostre na proposta: o indicador de prática ou de ambiente alimentar que a solução acompanha (não apenas o número de atividades realizadas) e a linha de base usada.

Este pode ser o desafio da sua solução se...

Sua solução ajuda a tornar a alimentação adequada possível no cotidiano das famílias, integrar a educação alimentar a serviços já existentes, ou medir mudanças reais em práticas e ambientes alimentares — não só em atividades realizadas.

Cuidados Transversais:

Alinhar ao Guia Alimentar e evitar culpa, estigma ou prescrição indevida; não promover marcas, produtos, suplementos ou dietas restritivas; não culpar pessoas por barreiras produzidas pelo ambiente alimentar.

Dados que ajudam a demonstrar resultados

Use dados da experiência da sua solução para mostrar que mudança ela já foi capaz de produzir. Sempre que possível, informe a situação antes e depois da solução, o período observado, o público ou território alcançado e a fonte da informação.

Alguns dados que podem ajudar neste desafio:

- ▶ mudança em práticas alimentares observadas ou declaradas pelo público participante;
- ▶ redução de barreiras relacionadas a tempo, renda, acesso, cultura ou ambiente alimentar;
- ▶ mudanças na oferta, disponibilidade ou acesso a alimentos adequados e saudáveis nos espaços onde a solução atua;
- ▶ continuidade ou incorporação da ação de educação alimentar e nutricional à rotina de serviços de saúde, educação ou assistência;
- ▶ número de pessoas, famílias ou territórios alcançados, quando esse dado ajudar a demonstrar a escala do resultado;
- ▶ resultados específicos para populações indígenas, quilombolas ou outros públicos prioritários, quando fizerem parte da atuação da solução.

Você não precisa apresentar todos esses dados. Selecione aqueles que melhor demonstram os resultados da sua solução e inclua outros indicadores quando forem mais adequados à sua experiência.

Ressalva de leitura.

Ressalva metodológica: os indicadores nutricionais têm cobertura mediana de 10,2% da população, descrevem quem passou pela Atenção Primária e não são prevalência. Além disso, cobrem apenas os 1.000 municípios do ciclo atual — o SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) não foi processado para o primeiro.

Quer aprofundar este desafio?

Consulte no Caderno 2 — Aprofundamento os dados, normas, guias e referências relacionados a este Desafio de Inovação.

Agora é com você!

Sua solução já existe. O próximo passo é mostrar onde ela pode fazer diferença.

Encontre o desafio em que sua solução produz a mudança principal, apresente evidências do que ela já entrega e deixe claro em quais condições consegue funcionar, ser adaptada e ampliar seu impacto.

1 Encontre seu ponto de entrada Escolha o desafio e a frente que melhor representam o principal problema enfrentado ou resultado produzido pela sua solução.	2 Mostre que funciona Apresente evidências, resultados e aprendizados da experiência que sua solução já acumulou.	3 Mostre onde pode funcionar Explique as condições necessárias para implementação, as adaptações possíveis e os contextos em que sua solução tem maior aderência.
--	---	---

Sua solução não precisa funcionar em todos os 1.102 municípios.

O importante é mostrar onde ela gera valor, que resultados já produz e em quais condições pode ampliar seu impacto.



Soluções que Alimentam 2026

Coloque sua solução a serviço de sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis, justos e resilientes.

